



Parecer Nº 2/2025 ao Projeto de Lei Complementar Nº 18/2025

Projeto de Lei Complementar nº 18/2025

Autor: Poder Executivo

Assunto: Projeto de Lei Complementar nº 18/2025. "Da nova redação ao Art. 77, ao § 1º do artigo 164, aos artigos 176, 235, 245, 251, 255, ao Anexo II, tabelas II, III e suprimi a tabela IV, da Lei Complementar nº 399, de 16 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Código tributário do Município de Cordeirópolis e dá outras providências, com posterior alteração". Admissibilidade com recomendações. Inteligência do inciso I e III, do art. 30, incisos I e alíneas "b" e "c", do inciso III, do art. 150 e 156, todos da C.F c/c o inciso I e III, do art. 7º, da Lei Orgânica do Município. Inexistência de vício de iniciativa ou violação a regra ou princípio constitucional. Desenvolvimento no plano local de disposições programáticas irradiadas a partir do § 1º, do art. 145, da CF/88 (princípio da capacidade contributiva). Mera discricionariedade políticolegislativa. Aparente vício inconstitucional. Ausência de Impacto Orçamentário.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do art. 101 e art. 123, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno desta Câmara, compete a esta comissão, dentre outras funções, realizar estudos e emitir pareceres especializados, bem como opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições.

Assim, o Projeto de Lei Complementar nº 18/2025. "Da nova redação ao Art. 77, ao § 1º do artigo 164, aos artigos 176, 235, 245, 251, 255, ao Anexo II, tabelas II, III e suprimi a tabela IV, da Lei Complementar nº 399, de 16 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Código tributário do Município de Cordeirópolis e dá outras providências, com posterior alteração". Admissibilidade com recomendações. Inteligência do inciso I e III, do art. 30, incisos I e alíneas "b" e "c", do inciso III, do art. 150 e 156, todos da C.F c/c o inciso I e III, do art. 7º, da Lei Orgânica do Município. Inexistência de vício de iniciativa ou violação a regra ou princípio constitucional. Desenvolvimento no plano local de disposições programáticas irradiadas a partir do § 1º, do art. 145, da CF/88 (princípio da capacidade contributiva). Mera discricionariedade políticolegislativa. Aparente vício inconstitucional. Ausência de Impacto Orçamentário.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Com todo o exposto, a presente Comissão opina pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do projeto e do encaminhamento ao plenário para discussão e votação dos demais nobres vereadores.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 28 de novembro de 2025

Vilson Natal Caleffi, Deize Cristina Bettin Carron, Diego Fabiano de Oliveira

Vereador



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Cordeirópolis. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://cordeiropolis9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=9XBH-E881-1DHA-V802>, ou vá até o site <https://cordeiropolis9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 9XBH-E881-1DHA-V802